

## A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E A ORDEM DAS BICADAS: A MARGINALIZAÇÃO DA MULHER NEGRA

Marília do Amparo Alves Gomes  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)  
Endereço eletrônico: mariliaamparo@gmail.com

Tania Rocha Andrade Cunha  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)  
Endereço eletrônico: tania.rochandrade@gmail.com

Ibeane Campos Moreira  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)  
Endereço eletrônico: ibeane.moreira@uesb.edu.br

581

### INTRODUÇÃO

O objetivo central deste artigo é discutir a violência estatal na qual estão submetidas as mulheres, sobretudo as negras e periféricas – principais alvos das múltiplas formas de agressões (física, sexual, psicológica, patrimonial etc.). Portanto, nosso objeto de estudo é a violência e seus diversos mecanismos de controle sobre os corpos das mulheres negras e pobres.

Partindo de um levantamento bibliográfico, notamos a existência de alguns estudos que demonstram as diversas formas de opressão, silenciamento e expropriação enfrentadas pelas mulheres, tanto no Brasil quanto em outros países, cujos regimes políticos foram ou são marcados pela dominação colonial e/ou pelo patriarcado. A exemplo disso, apontamos as investigações de Bell Hooks (2020), Lélia Gonzalez (1983) e Ângela Davis (2016). A partir desses trabalhos, observamos que a mulher negra escravizada sofria com um tipo de opressão e violência específica, ainda hoje sentida, porém com novas roupagens. Mediante o regime escravista, essas mulheres escravizadas estavam em situações ainda mais desumanas que as demais mulheres, mesmo aquelas que eram pobres, mas que traziam em seus corpos atributos que eram valorizados – cor da pele, textura dos cabelos, estatura corporal ou peso “ideal”.

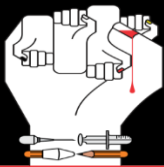
Estudos mais recentes têm apontado que as mulheres, especialmente as negras e que vivem às margens da sociedade, são as principais vítimas do machismo estrutural e do racismo que rege a sociedade brasileira. Tanto o machismo quanto o racismo são heranças de um passado que ainda não passou e que pode ainda estar muito distante de terminar. Como sabemos, as contribuições das mulheres negras na formação da cultura

Realização:



Apoio:





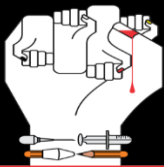
nacional são rejeitadas, enquanto por outro lado é exaltada a ideia de uma dominação passiva, sem resistências. Assim sendo, a violência contra as mulheres é romantizada, sendo quase impossível rompermos com os efeitos perversos do passado escravista, do sexismo exacerbado e do racismo disfarçado ou velado que, ainda hoje as tangenciam para a exclusão de seus direitos enquanto seres humanos (CARNEIRO, 2003; 2015).

Feitas estas considerações, reconhecemos que este estudo é relevante, tanto do ponto de vista acadêmico quanto social, uma vez que contribui com as investigações que analisam os mecanismos de dominação, sobretudo a estatal, que pesam ainda mais sobre as mulheres negras e pobres. Por outro lado, nossa pretensão é ampliar as discussões sobre esse lugar de “subalternidade”, ainda hoje naturalizado, somando forças às lutas sociais pela igualdade, direitos humanos e empoderamento feminino.

## METODOLOGIA

Ao selecionarmos uma metodologia de análise que nos permitam compreender melhor e contestar esse lugar “natural” de subalternidade das mulheres negras, encaminhamos nossa investigação, reconhecendo que é necessário produzir um saber científico que se afasta das visões de mundo eurocêntricas, cujos interesses perpassam sempre pela manutenção da hegemonia branca.

Heleieth Saffioti (1997) ao elaborar uma teoria sobre o exercício do poder, estabeleceu uma analogia entre as sociedades de passado colonial com a organização hierárquica de um galinheiro. Desse modo, a chamada “ordem das bicadas” como ela denomina a organização do galinheiro, vigora do seguinte modo: O “galo” tem maior poder sobre aquele espaço, sendo ele uma representação do homem branco e abastado. Tomando como base um hipotético galinheiro, composto por dez galinhas e um galo, o macho concentraria o poder sobre as demais fêmeas. Como exercício de seu poder, o galo bicaria a primeira galinha, podendo igualmente bicar as demais. A galinha que receberia a primeira bicada, mesmo estando submetida ao poder do galo “dominante”, exerceria um relativo poder sobre as demais, podendo bicar todas as outras. A segunda galinha, mesmo sendo bicada pelo galo e pela primeira galinha a receber a bicada, exerceria poder sobre as demais; e assim sucessivamente, até chegarmos a última galinha – aquela que é bicada tanto pelo macho quanto pelas nove outras fêmeas. Esta última galinha não possuiria poder sobre nenhum outro integrante do galinheiro, estando assim na base dessa organização hierárquica.



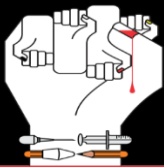
Estabelecendo um paralelo dessa sociedade avícola, regida pela ordem das bicadas, com a sociedade humana, Saffioti (1997) revelou que estamos submetidos a uma organização similar, na qual o poder se concentra da seguinte forma: homem branco (o galo), mulher branca (a primeira galinha a ser bicada), homem negro (as demais galinhas, exceto a última) e, finalmente, a mulher negra (situada na base da hierarquia). A autora demonstra assim, que existem três principais eixos/esferas de dominação: de gênero, de raça/etnia e de classe social – não necessariamente nesta ordem.

Com base no contexto brasileiro, observamos facilmente os imperativos de gênero (machismo) de classe e do racismo estrutural. Cunha (2007) alerta que a questão da violência contra as mulheres não deve ser compreendida por uma ótica simples, direta, com única causa e origem, pois a violência pode estar associada a outros fenômenos, como a questão de classe e gênero. Com relação a questão racial, Silvio de Almeida (2019) apresentou três concepções: a individualista, a institucional e a estrutural. Na primeira, o racismo é tido como algo anormal, patológico e irracional. Evidencia-se que deve ser combatido a partir da judicialização, com penas para os seus praticantes. Porém, segundo essa lógica, as ações são apenas individuais, desconsiderando-se aspectos mais amplos.

Com relação ao racismo institucional, considera-se o funcionamento das instituições e dos órgãos de controle, e como estes geram privilégios e desvantagens para determinados indivíduos, a partir das prerrogativas raciais, de gênero e de classe. Buscando nos afastar dessas concepções, observamos que no contexto brasileiro, impera o racismo estrutural. Desse modo, compreendemos que o racismo decorre da estrutura social e de um inconsciente coletivo, portanto, não há o que se falar em anormalidade ou patologia, já que “comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção” (ALMEIDA, 2019, p. 50). Com isso, podemos entender em sua profundidade os impactos do racismo nos campos da política, da economia, no sistema educacional, na cultura, entre outros.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na atualidade, os dados sobre a população negra demonstram a permanência dessas desigualdades e que as feridas da escravidão permanecem abertas. Segundo o Atlas da Violência publicado em 2021, das vítimas de homicídio no Brasil, 76% são negros. Acrescenta-se que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes maior do que a de



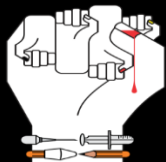
um não negro. Os dados revelam ainda que a taxa de homicídio é de 29,2% negros e de 11,2% não negros. O número de negros mortos subiu 1,6% enquanto as mortes de não negros apresentou queda de 33%.

De modo mais específico, os dados sobre a violência contra as mulheres são também alarmantes. Entre os anos de 2009 e 2019, foram assassinadas 50.056 mulheres. Em 2019, no Brasil, 3.737 mulheres foram assassinadas, sendo 66% negras. O risco de uma mulher negra ser vítima de homicídio em 2019 foi 1,7 maior do que o de uma mulher não negra. Assim, fica evidente o estado de exceção permanente da população negra, desde a escravidão até os dias atuais.

Em pesquisa mais recente, publicada em 2022 pela Rede de Observatórios da Segurança – que teve como base os índices violência contra as mulheres em 2021 constatou-se que a Bahia é o quarto Estado brasileiro com o maior número de casos. Segundo este levantamento, em grande parte dos crimes, a cor das vítimas não é informada, contudo, nos casos em que são informados 50,7% delas são negras, 48,6% são brancas e 0,7% são indígenas. Todavia, é possível que os números de vítimas negras sejam ainda maiores, pois dados anteriores demonstraram que do total de vítimas assassinadas pela polícia militar em 2019, no estado da Bahia, 96,9% eram negros e negras – sendo considerado o Estado brasileiro mais letal para os negros e negras na região Nordeste, fruto das ações policiais. Outro levantamento de 2019 mostra que do total de 396 mulheres assassinadas na Bahia (decorrente de brigas, término de um relacionamento, ciúmes, crime de ódio, feminicídio, lgtbfobia, estupro, ação policial, latrocínio etc.), 92% eram negras.

## CONCLUSÕES

Este breve artigo é o recorte de uma pesquisa mais ampla de doutoramento que estamos desenvolvendo no Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Com base no que tem sido levantado até o presente momento, observamos que as mulheres negras continuam sendo as principais vítimas da violência feminina, mesmo reconhecendo que o machismo afeta diretamente a vida de todas as mulheres, independentemente de sua cor, classe social ou orientação social; contudo, a ideologia do machismo, associada ao racismo estrutural, ambos herdeiros da ordem patriarcal na qual o Brasil foi estruturado, acaba por afetar mais pesadamente sobre a vida de homens e mulheres negras, sobretudo



pobres e periféricos. Os índices de violência feminina (sexual, patrimonial, física, psicológica) apontam para esta triste realidade.

Assim, com base na analogia que fizemos entre a sociedade galinácea (sua organização e comportamento) e a sociedade humana, podemos afirmar que a marginalização enfrentada pela mulher, especialmente a mulher negra faz com que ela ocupe a base da hierarquia de poder entre os sexos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres negras. Racismo estrutural. Brasil. Violência feminina.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

BRASIL. “Bahia tem um caso de violência contra a mulher a cada dois dias, aponta pesquisa”. **G1**, 10/03/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/03/10/bahia-tem-um-caso-de-violencia-contr-a-mulher-a-cada-dois-dias-aponta-pesquisa.ghtml> . Acessado 23 de abr. de 2022.

BRASIL. “Atlas da violência 2021”. IPEA, nº 8, setembro, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9619pb8atlasviolenciaversaodivulgacao.pdf> . Acessado 22 de abr. de 2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2015.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência**. Vitória da Conquista: Ed. UESB, 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. **SILVA, Luiz Antônio. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília, DF: Anpocs**, p. 223-244, 1983.

HOOKS, Bell; E eu não sou uma mulher: mulheres negras e feminismo. tradução Bhuvi, Libanio. 5ª ed. **Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos**, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth.I.B. Violência Doméstica ou A Lógica do Galinheiro. In: KUPSTAS, Márcia (org.). Violência em Debate. São Paulo: Moderna, 1997, pp. 39-57.